

DESAFIOS E POSSIBILIDADES: CERTIFICAÇÃO SOCIAL E SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR*

Challenges and possibilities: social and joint responsibility certification in the context of family agriculture

Flávio Sacco dos Anjos¹, Nádia Velleda Caldas², Iran Lovis Trentin³

RESUMO

O propósito deste artigo é de, empiricamente, demonstrar a importância da certificação social e solidária, no sentido de ampliar as oportunidades econômicas para a agricultura familiar. Paralelamente, buscou-se identificar os mais importantes obstáculos neste âmbito, sob diferentes perspectivas (políticas, previdenciárias e sanitárias), tendo como contexto analisado a região das Missões (noroeste gaúcho). O trabalho estabelece uma ferramenta útil para a formulação de políticas públicas nesta área, abordando a opinião dos entrevistados com relação ao interesse de participar desse processo e suas expectativas com relação ao futuro.

Palavras-chaves: agricultura familiar, agroindustrialização, agricultura sustentável, desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to empirically show the importance of the social and joint responsibility certification to enhance the economic opportunities of family agriculture. Parallely, it was tried to identify the most important obstacles in the area, from the different points of view, (political, social security and sanitary), in the region under study (Missões Gaúchas). This work provides a useful tool to the formulation of public policies in this area, approaching to the opinion of interviewed farmers in relation to their interest of taking part of that process and their expectations regarding to the future.

Key words: family agriculture, agro-industrialization, sustainable agriculture, rural development.

1 INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas inauguraram novos temas na agenda de investigação sócio-econômica brasileira, momento no qual questões e fenômenos, até então desconhecidos, são incorporados à reflexão acadêmica. Em um esforço de síntese, é possível identificar três grandes eixos temáticos que conformam dita agenda, a saber:

a) A consolidação da agricultura familiar como categoria de análise e objeto de políticas públicas

Há uma produção acadêmica que ganha consistência sobre o que hoje se denomina “dinâmica da agricultura familiar”. Desde o ponto de vista científico, se reconhece sua especificidade como forma social de produção, que se orienta sob uma lógica de funcionamento que visa garantir a reprodução social da família rural e satisfazer às necessidades de consumo de seus membros. É conveniente

dizer que sua ascensão, como ator social, surge como resultado da pressão política exercida pelos movimentos sociais que incrementam sua atividade em princípios dos anos noventa, cujas atuações desembocam em manifestações multitudinárias, como os “Gritos do Campo” e “Gritos da Terra”, nos estados meridionais e na capital federal. A intensa atividade e capacidade de articulação teve como resultado a criação do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” (PRONAF), em 1994, como instrumento de crédito destinado a financiar pequenas explorações que trabalham, fundamentalmente, com base no uso da força de trabalho da própria família.

b) Os estudos sobre a nova ruralidade. A pluriatividade

No período anteriormente sublinhado, surge um interessante debate a partir do reconhecimento de que se impõem, no campo brasileiro, novas dinâmicas no que toca

*O primeiro autor registra o agradecimento ao CNPq pela concessão de bolsa de produtividade em pesquisa que em muito contribuiu para a realização da presente investigação, assim como aos agricultores familiares que foram objeto do estudo na região das Missões, estado do Rio Grande do Sul.

¹Agrônomo, Doutor em Sociologia – Universidad de Córdoba, Espanha, Pesquisador do CNPq e Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e Ciências Sociais – Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas/UFPeL – Campus Universitário, s/nº – Caixa Postal 354 – 96001-970 – Pelotas, RS – Foi assessor da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina, Pesquisador da Embrapa CPACT, Consultor do IICA e FAO – flaviosa@ufpel.edu.br

²Socióloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e Bolsista de pesquisa sobre avaliação de políticas públicas no âmbito da agricultura familiar junto ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias – FAEM-UFPeL – nvcaldas@ufpel.edu.br

³Geógrafo, Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Trabalha junto a organizações não-governamentais ligadas à agricultura familiar no Rio Grande do Sul – PGDR-UFRGS – Avenida João Pessoa, 31 – 90.040-000 – Porto Alegre, RS – trentinrs@yahoo.com.br

Recebido em 09/05/06 e aprovado em 24/10/06

a ocupação da população ativa. Os estudos sobre a pluriatividade se iniciam no primeiro lustro dos anos noventa por meio de estudos pioneiros e localizados (SACCO DOS ANJOS, 1994; SCHNEIDER, 1995). Entretanto, é, sobretudo, por força da aparição do Projeto Rurbano⁴ que o dito fenômeno ganha dimensão nacional como objeto da reflexão acadêmica. Além dos agricultores pluriativos, identificam-se “novos atores sociais” no campo, como é o caso de desempregados, aposentados, pensionistas e outras categorias, cuja sobrevivência depende, cada vez mais, de atividades e ingressos que pouco ou nada têm a ver com a agricultura.

c) A incorporação do universo da sustentabilidade

Este terceiro eixo temático vincula-se à influência exercida por organizações nacionais e estrangeiras em prol da busca de soluções para os problemas ambientais, particularmente os que resultam do impacto de um padrão de agricultura produtivista e das transformações a ele associados (exclusão social, degradação ambiental, dependência tecnológica, êxodo rural, etc.). A sustentabilidade é compreendida em sua natureza multidimensional (social, ambiental, econômica, política, ética e cultural) e como um projeto contraditório e complexo, do ponto de vista de sua implementação. Com efeito, não são poucos os estudos que visam aproximar-se ao exame desta questão, assim como formular novos enfoques dirigidos a conceber políticas públicas capazes de suplantar a perspectiva produtivista e imediatista que, convencionalmente, inspirou a atuação governamental no âmbito da agricultura e do mundo rural.

É justamente sobre esse eixo temático que este ensaio reivindica um espaço à reflexão, tendo por base projeto de pesquisa que vem sendo conduzido na região missioneira gaúcha, na fronteira com a República Argentina, o qual persegue dois grandes objetivos. O primeiro deles é de corte eminentemente acadêmico, contemplando o diagnóstico e a caracterização sobre as estratégias dos agricultores familiares missioneiros, identificando as dificuldades e as potencialidades das agroindústrias artesanais. O segundo é de caráter pragmático, qual seja o de desencadear um processo de certificação a partir da organização dos agricultores familiares, com base nos princípios da agroecologia, da participação democrática e mediante o uso de metodologias participativas e de natureza emancipatória. O contato com

a realidade detectou inúmeras dificuldades de implementação dessa proposta, tanto do ponto de vista político-institucional quanto da própria capacidade dos agricultores familiares em organizarem-se a partir das condições em que hoje operam as agroindústrias familiares rurais. O trabalho examina algumas destas dificuldades e expõe alguns resultados do projeto “Doce Sabor da Inclusão Social”. A segunda seção expõe o problema de pesquisa, enquanto a terceira descreve a metodologia inovadora adotada nesse projeto, a qual vem sendo implementada nessa região do Rio Grande do Sul desde fevereiro de 2005. A quarta seção é dedicada à apresentação e discussão da informação reunida pela pesquisa, momento em que são apontados alguns dos desafios a serem superados pelos agricultores familiares implicados no marco desta proposta.

2 O PROBLEMA DE PESQUISA

O último censo agropecuário do IBGE (1998) detectou um crescimento importante no que se convencionou chamar de “transformação de produtos agropecuários”. Esta tendência viu-se confirmada nos estados do Sul, ainda que com maior intensidade, nos estabelecimentos rurais de Santa Catarina. Muitas são as causas apontadas, entre as quais figuram, em destaque, o declínio dos preços das *commodities*, dos produtos destinados ao mercado interno (leite e carnes), bem como a elevação do custo de produção da maior parte dos cultivos e criações. Em boa medida, este quadro tem a ver com a abertura de nossa economia à entrada de produtos oriundos de terceiros países e da perda da capacidade de regulação do Estado brasileiro em muitos setores produtivos. Uma das saídas encontradas por muitos produtores familiares tem sido a via da agregação de valor aos produtos agropecuários, incluindo a venda direta destes artigos em mercados locais e ou direto ao consumidor. O caso do leite ilustra, de modo emblemático, a trajetória de muitas famílias rurais que, inconformadas com o baixo preço pago pelo produto, desistem de entregar sua produção e montam pequenas fábricas produtoras de queijo artesanal e de outros subprodutos lácteos (iogurte, nata, doce de leite). O clima de insatisfação é maior diante da pressão imposta pelas grandes cooperativas pelo aumento de produtividade da granja, bem como em face da imperiosa necessidade de investimentos (resfriador de leite, ordenha mecânica) que, invariavelmente, não repercutem no sentido de elevar o ingresso econômico das famílias rurais.

Em meio a estas transformações, assistimos a outras mudanças importantes na inserção da agricultura familiar junto aos mercados regionais. Chamamos a atenção para a

⁴ Projeto Rurbano disponível em:
<<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbanw.html>>.

emergência de novas redes de comercialização que despontam em territórios em que esta forma social de produção é absolutamente hegemônica. O elemento inovador não recai apenas no fato de serem elas uma alternativa à dinâmica imposta pelos grandes complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares, mas, por evidenciarem a aproximação com outros valores que evocam os vínculos com o território e com certas práticas de transformação dos produtos que foram sendo abandonadas através do tempo. Muitas dessas redes são apoiadas por organizações internacionais que propugnam o comércio justo e solidário como instrumento de redução de desigualdades e geração de emprego e renda no meio rural. Este movimento aparece apoiado no surgimento de um novo tipo de consumidor que aposta na qualidade diferencial destes artigos, cuja produção, simultaneamente, corresponda às exigências sanitárias e esteja plenamente referenciada, social e culturalmente, com o ambiente em que foi concebida.

A criação e a expansão destas redes acha-se perfeitamente sintonizada com o esforço por satisfazer novas demandas dos agricultores e de suas organizações diante de um cenário econômico de grandes dificuldades. Mas se, por um lado, existe um certo consenso na importância intrínseca destas iniciativas, que sinalizam para a conquista de novos espaços para a reprodução social da agricultura familiar, por outro lado, não são poucas as armadilhas e obstáculos que se insurgem aos agricultores e organizações que tratam de implementá-las. Por uma parte, têm-se os conhecidos *handicaps* das agroindústrias familiares, entre os quais constam a precariedade dos processos, a falta de padronização e uniformidade dos produtos, as deficiências nas condições de higiene das instalações, a escassez de capital de giro, bem como algumas falhas organizacionais e dificuldades de trabalhar de forma associada com outras unidades produtivas. Poder-se-ia elencar, de outra parte, as limitações “além da porteira”, entre as quais figuram, em destaque, a ausência de um marco regulador desse tipo de atividade, do ponto de vista sanitário, fiscal e inclusive previdenciário.

Essas limitações resultam de um padrão de desenvolvimento rural que paulatinamente converteu agricultores em produtores de mercadorias indiferenciadas, de baixo valor agregado. Algumas pesquisas levadas a cabo na região Sul do Brasil (RS, SC, PR) mostram que, inclusive, as práticas de agroindustrialização voltadas ao autoconsumo familiar têm sofrido um abandono progressivo, por conta dessa mesma dinâmica (ANJOS et al., 2005). As armadilhas institucionais a que fizemos referência remetem as agroindústrias familiares, inexoravelmente, à total

clandestinidade. Algumas observações são suficientes para sustentar tal assertiva. O Artigo 2º, inciso V, da Instrução Normativa 95, da Previdência Social, estabelece a condição de “segurados especiais” ao produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rural, o pescador artesanal e o assemelhado que exerçam atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, em sistema de mútua colaboração e sem utilização de mão-de-obra assalariada, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de dezesseis anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar.

Como segurados especiais, essas categorias têm o direito de perceber o benefício mensal correspondente a um salário mínimo quando, respectivamente atingirem, homens e mulheres rurais, de 60 e 55 anos de idade, desde que comprovado o exercício da atividade “rural”, isentando-os, não obstante, do recolhimento direto⁵ aos cofres da previdência, tal como é exigido das demais categorias de trabalhadores urbanos e rurais.

O problema surge em decorrência de uma concepção ultrapassada de atividade “rural” que exclui, dessa condição, a transformação de produtos agropecuários, ainda que, em muitos dos casos, decorra de uma atividade essencialmente artesanal, desenvolvida em regime de economia familiar. Trata-se de uma forma especial de pluriatividade (de base agrária), no qual o objetivo é diversificar fontes de renda, ampliar a capacidade de absorver a força de trabalho do estabelecimento e incrementar o nível de ingresso econômico da unidade de produção.⁶

⁵O financiamento da Previdência é um tema extremamente controvertido. A rigor, os agricultores ingressam recursos ao sistema previdenciário ao comercializarem seus produtos, cuja arrecadação, numa proporção equivalente a 2,3%, é feita pelo adquirente ou pelo próprio produtor, quando a venda é direta ao consumidor ou a outro agente econômico (ver a propósito CALDAS E SACCO DOS ANJOS, 2005).

⁶Segundo consulta realizada a uma das gerências executivas do INSS, a existência de matrícula no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é suficiente para que o produtor familiar seja excluído da condição de “segurado especial” da Previdência Social, ainda que não tenha empregados permanentes. Mas, para transportar mercadorias e comercializá-las, o produtor vê-se diante da contingência de constituir uma empresa, de forma a permitir a emissão de nota fiscal exigida pelos compradores, sejam estes entes públicos ou privados. Ainda assim, o negócio segue sendo estritamente familiar.

Com isso, muitas agricultoras e agricultores familiares que exercem tais atividades manifestam enorme receio, não apenas no sentido de regularizar a agroindústria, mas de, inclusive, aperfeiçoar seu funcionamento. A pesquisa detectou situações em que agricultoras temiam a suspensão do recebimento de auxílio-doença por conta de que mantinham a produção artesanal de bolachas na propriedade, bastando, para isso, uma simples denúncia de algum vizinho.

Outra das armadilhas “além-porteira” diz respeito à legislação sanitária. Durante os anos 1990, como resultado da promulgação da nova Constituição (1988), algumas ações foram desenvolvidas no sentido de operar a descentralização e a transferência de competências da União para Estados e municípios, momento no qual é implantado o Sistema Único de Saúde. Na esteira dessas mudanças, as municipalidades tornam-se igualmente responsáveis pela vigilância sanitária. Ocorre que a maioria das localidades não dispõe de condições mínimas para realizar essa inspeção. O município de Chapecó, segundo Mior (2005, p. 182), é pioneiro, no país, na implantação, em 1993, de um Sistema de Inspeção Municipal (SIM) de produtos de origem animal. O problema, como alude o citado autor⁷, é que não ocorreram avanços “no sentido de flexibilizar as exigências adequando-as (sic) às características da pequena agroindústria familiar”. No caso catarinense, a exemplo do que ocorre na maioria das unidades federativas brasileiras, tanto a legislação federal quanto estadual atuam sob uma lógica adequada às grandes estruturas agroindustriais que, em boa medida, orientam-se à exportação.

No Rio Grande do Sul, o governo do estado (1998-2002) criou um programa específico – o Sabor Gaúcho – destinado, não apenas a apoiar a criação de agroindústrias familiares e ao aperfeiçoamento das já existentes, mas a engendrar alguns dos instrumentos que permitissem criar um “ambiente institucional” mais favorável, como é o caso do incentivo ao surgimento de Sistemas Municipais de Inspeção. Não obstante, permanecem obstáculos importantes na medida que não são eliminadas certas restrições que impedem a comercialização dos produtos artesanais fora do próprio município em que tais produtos são gerados. Outro aspecto que merece ser destacado é que tais produtos não podem ser incluídos no “talão do produtor” (nota do produtor rural). Muitos agricultores

realizam uma verdadeira manobra contábil para viabilizar a comercialização e transporte desses produtos que, via-de-regra, são referidos no documento como se fossem artigos *in natura*.

Concretamente, os últimos dez anos contabilizam avanços para os agricultores familiares, em que pese a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Particularmente importante foi a criação, em 1999, de uma linha específica de crédito – o Pronaf Agroindústria – orientado a apoiar o financiamento de iniciativas voltadas à agregação de valor aos produtos na propriedade rural. Não somente o volume de recursos liberados tem estado muito aquém da demanda dos agricultores familiares e de suas organizações, cabendo referir outros problemas resultantes de uma dinâmica que encarna uma visão localista e individualizada, contrariando, portanto, os benefícios advindos do associativismo, da concertação de interesses regionais, da atuação em rede e da busca de sinergias do ponto de vista territorial. Nesse sentido, como afirma Mior (2005, p. 167):

Passando por uma série de mudanças, o Pronaf Agroindústria é descaracterizado, perdendo parte da estrutura e da filosofia que lhe haviam sido conferidas na origem. Os recursos a fundo perdido, previstos para a área de infra-estrutura e o apoio técnico, deixam de existir. Além disso, há uma clara demonstração de falta de interesse, especialmente pelos agentes financeiros, em implementar na prática a linha Pronaf Agroindústria.

Com o surgimento do Pronaf Infra-Estrutura abriu-se a possibilidade de criar uma nova forma de fomentar projetos com estas características. Entretanto, há também dificuldades de operacionalizar tais iniciativas, não apenas em função da liberação dos recursos, mas fundamentalmente em virtude de uma cultura localista, herança do *caciquismo*, que restringe as possibilidades de estratégias consorciadas por parte dos atores sociais envolvidos, sejam eles de caráter público ou privado.

O projeto Doce Sabor da Inclusão Social buscou uma aproximação com relação a estas questões, à luz da opinião e motivação dos próprios sujeitos implicados. Nesse sentido, tratava-se de indagar: como os agricultores familiares da região missioneira gaúcha interpretam o cenário aqui descrito? Acreditam na possibilidade de enfrentar essas dificuldades e obstáculos à regularização desta atividade? Quais são as condições em que operam as agroindústrias da região em tela?

⁷MIOR (loc.cit.).

3 O PROJETO DOCE SABOR DA INCLUSÃO SOCIAL

Nos últimos dois anos, o Núcleo de Estudos e Projetos em Desenvolvimento Sustentável, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Universidade Federal de Pelotas, desenvolveu, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma pesquisa ampla intitulada “Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul”, a qual estabeleceu, como áreas de estudo, quatro regiões específicas da geografia gaúcha, quais sejam, Serra dos Tapes (sul), Alto Uruguai (Norte), Serra Gaúcha (Nordeste) e Missões (Noroeste).

Nesse estudo, foi possível verificar a existência de um grande número de agroindústrias familiares, algumas das quais parcialmente regularizadas e inseridas nos mercados, ao passo que a maioria delas acha-se mergulhada na clandestinidade e, por razões óbvias, refém da atuação de comerciantes que adquirem a produção por preços que mal cobrem o custo de produção, impondo condições bastante desfavoráveis às famílias rurais.

Na localidade de Porto Xavier (região das Missões), surgiram, nos últimos três anos, dezesseis agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar que fabricam melado, cachaça, rapadura, mandolate, açúcar mascavo, entre outros artigos. Algumas delas foram implementadas via “Sabor Gaúcho”.

Todavia, como indicam os dados do último censo demográfico (IBGE, 2000) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, crescem respectivamente, o número de estabelecimentos que transformam a produção para fins de comercialização e a população economicamente ativa ocupada em atividades não-agrícolas no meio rural (ANJOS, 2003). Essa dinâmica, como indicam outros estudos (SCHNEIDER, 2003; GRAZIANO DA SILVA, 1997), parece consolidar-se em todo o território nacional, ainda que, no Brasil meridional, ocorra de uma forma ainda mais intensa. O fato é que os depoimentos de alguns agricultores revelam um quadro de dificuldades a serem superadas, do ponto de vista da capacidade de organização dos produtores.

Construir uma proposta de certificação social e solidária requer uma filosofia de atuação estribada, entre outras coisas, na participação dos atores sociais em todas as fases do processo de construção, mormente os que afetam ao objetivo de forjar uma identidade como produtores de artigos com um forte apelo social.

A metodologia adotada envolve quatro grandes fases, quais sejam:

Fase 1: Identificação e caracterização das agroindústrias familiares

Esta fase contempla um amplo inventário sobre as experiências em agroindustrialização, não só dos projetos

que foram implementados pela própria Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços (ASTRF) e demais organizações, como também de outras experiências surgidas pela intervenção das prefeituras municipais, da Emater e Cáritas Diocesana. Nesse contexto, buscou-se uma primeira aproximação à forma pela qual opera a logística destas agroindústrias, do ponto de vista da estrutura dos canais de comercialização, realizando um primeiro balanço sobre os grandes obstáculos e dificuldades, segundo a perspectiva dos próprios agricultores. No cumprimento deste objetivo, foram utilizados um questionário estruturado e entrevista semi-dirigida, aplicada junto às famílias.

Fase 2: Sensibilização para a construção de uma proposta de certificação solidária e participativa

Compreende o início do processo de construção de um pacto que visa engendrar a elaboração dos termos da certificação social e solidária das agroindústrias familiares na região das Missões. A estratégia adotada requer a realização de seminário inicial de sensibilização, sucedido logo após, por oficinas de trabalho no âmbito das localidades onde se busca explorar as especificidades de cada cadeia produtiva existente (cana-de-açúcar, lácteos, embutidos) e os grandes “gargalos”, do ponto de vista organizacional, técnico, político e institucional.

Tais oficinas tratam de propor os primeiros termos sob os quais deve funcionar o processo de certificação dos produtos, dos mecanismos de controle social, dos processos de decisão e do selo social a ser atribuído aos artigos. É crucial trabalhar em prol da identificação dos apoios políticos e institucionais, incluindo o contato com organizações de consumidores, cooperativas e redes de consumo solidário que possam alavancar a ampliação dos espaços de comercialização de uma forma sustentada.

Fase 3: Seminário de apresentação dos resultados e legitimação do processo de certificação

Esta fase busca o concerto dos grandes interesses e expectativas em torno do processo de certificação. Requer a apresentação dos termos discutidos nas oficinas setoriais e microrregionais, com a atenção posta no esforço de convergir para um marco conceitual que estabeleça as bases para a certificação social e solidária. Há que definir as condições de produção, em termos da garantia da sanidade dos produtos, formas de apresentação, regimento, normas de uso da certificação solidária (selo), mecanismos de gestão do processo e monitoramento. Às instituições executoras cabe fomentar o processo de articulação dos produtores e sistematização das deliberações, incluindo, entre outros aspectos, a decisão sobre como os custos do processo de certificação social serão assumidos pelos participantes. Há que se realizar a escolha das pessoas que farão parte de um grupo de trabalho (coordenação) encarregado de representar

os produtores nas decisões subseqüentes, visando agilizar as decisões, sem perder de vista os compromissos com os princípios democráticos e participativos.

Fase 4: A consolidação do processo de certificação social

Estabelecido o marco institucional da certificação e realizados os ajustes necessários nos documentos sistematizados, dar-se-á início ao processo de certificação propriamente dito, por intermédio do grupo de trabalho acima referido. Contempla o registro definitivo do selo a ser adotado pelas agroindústrias participantes do processo de certificação social e solidária.

Conhecida a metodologia adotada no projeto Doce Sabor, examinemos agora alguns resultados a que pudemos chegar, desde que foi efetivamente implantado.

4 A CERTIFICAÇÃO SOLIDÁRIA E SEUS OBSTÁCULOS

A segunda secção deste artigo expôs, de forma esquemática e bastante sucinta, alguns dos principais desafios com que hodiernamente se deparam agricultores, extensionistas rurais e organizações públicas e privadas, ante o esforço por destapar o véu de clandestinidade sob o qual operam as agroindústrias familiares no Sul do país, organizando-as e qualificando-as para a conquista de um novo espaço junto aos mercados locais e regionais. Mas, de nada serve a retórica em torno aos benefícios dessa estratégia de desenvolvimento social, se os próprios protagonistas não tiverem claro suas reais possibilidades de fazê-las avançar e de ver validado todo esse esforço por parte dos demais setores da sociedade que, ao fim e ao cabo, determinam o sucesso ou insucesso destas iniciativas.

A primeira característica a ser destacada é a forte presença da mão-de-obra familiar. As 43 agroindústrias familiares da região missioneira gaúcha ocupam um total de 116 indivíduos, o que equivale a uma ocupação média de 2,7 pessoas/agroindústria. Em apenas 1, dos 43 estabelecimentos rurais entrevistados foi detectada a presença de assalariados permanentes, ao passo que a contratação de assalariados temporários ocorreu em somente 10 estabelecimentos (23,2% do total).

A produção de derivados de cana-de-açúcar (aguardente, melado, mandolite, rapadura, açúcar mascavo, licores, etc.) representa o gênero de agroindústria mais comum na região missioneira. Isso se deve, em parte, ao fato de ser essa uma tradição que remonta aos primórdios da colonização. Por outro lado, há um microclima bastante favorável ao desenvolvimento dessa cultura, do ponto de vista agrônomo. Há, não obstante, um aspecto que deve ser enfatizado, que tem a ver com o fato da cana ser um tipo de cultivo bastante resistente à seca, diferentemente da maior parte das lavouras, cujo desenvolvimento requer

um regime pluviométrico abundante e bem distribuído, ao longo das etapas de produção.

O ano agrícola 2004-2005, correspondente ao período em que transcorreu essa pesquisa, coincidiu com uma das maiores estiagens dos últimos anos. O resultado é que lavouras consideradas como principais fontes de ingresso econômico, a exemplo do trigo, milho e, principalmente, soja, cederam protagonismo para outras atividades tidas, até então, como de importância secundária, como é o caso da produção de derivados da cana, laticínios e de outros produtos. Em nada menos que 22 dos 43 estabelecimentos investigados (51,2%), seus responsáveis acusaram frustração de safra, em maior ou menor intensidade, com as culturas anteriormente referidas. Nesse contexto, em 65% dos casos, como mostrado na Tabela 1, a produção de derivados de cana-de-açúcar foi guindada à condição de principal atividade geradora de renda. Essa tendência vem se repetindo nos últimos anos e muitos produtores começam a convencer-se dos riscos que a produção de *commodities* acarreta, não somente na perspectiva do comportamento do clima, mas também dos mercados internacionais, sem contar com o elevado custo de produção, se comparado com o escasso investimento que requer a implantação de um canavial.

Há outras vantagens que são referidas pelos produtores como bastante importantes, como o fato da cana oferecer uma enorme flexibilidade, do ponto de vista do período de colheita, bem como a existência de um mercado local para a compra, não apenas dos seus subprodutos para outras agroindústrias, como é particularmente o caso do melado, mas, inclusive, da cana verde, para outros produtores e para a cooperativa produtora de álcool existente em Porto Xavier. O momento atual tem sido visto como bastante favorável à expansão da cana, em face do incremento da demanda de álcool, não apenas brasileira, mas, sobretudo, proveniente do mercado externo, em que pese a questão dos “créditos de carbono”

TABELA 1 – Distribuição dos estabelecimentos investigados em que houve frustração de safra, segundo a principal atividade geradora de ingresso econômico.

Principal atividade geradora de renda	%
Derivados de cana	65,0
Leite	25,0
Carne e derivados	5,0
Ovos	5,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Doce Sabor da Inclusão Social – UFPel/CNPq, 2006.

no contexto dos países ricos. Os últimos acordos com o Japão apontam exatamente nessa direção, com a tendência ao incremento no consumo, em face da sua adição à gasolina com vista à redução das emissões de CO₂.

Algumas lideranças locais insistem no argumento de que não se trata de substituir uma monocultura (a soja) por outra (a cana-de-açúcar), mas de fortalecer uma dinâmica capaz de ampliar o universo de possibilidades a que estão submetidos produtores que exploram propriedades de escassas dimensões, cujos solos, em sua grande maioria, não reúnem condições para serem utilizados com a exploração de grandes culturas. Diferentemente da soja, que é embarcada nos caminhões sem qualquer tipo de agregação de valor, a cana-de-açúcar reserva uma infinidade de opções, cuja produção potencializa a ocupação da força de trabalho familiar dentro do próprio estabelecimento.

Além de realizar uma aproximação com a realidade, trata-se, no marco desse projeto, de aferir como os agricultores familiares avaliam o atual momento pelo qual passa agricultura, como atividade de exercício profissional. Isso torna-se fundamental na medida em que postulamos desencadear um processo – a certificação – com base na participação democrática e no princípio da solidariedade. Perguntamos aos entrevistados se viam perspectivas na agricultura e se havia futuro para suas famílias no exercício dessa profissão. Dentre os 43 entrevistados, 28 (65,1%) responderam afirmativamente, ao passo que doze (27,9%) responderam que não. Os três restantes não souberam ou não quiseram informar.

Os dados da Tabela 2 mostram que o maior ou o menor grau de otimismo parece associado ao maior ou menor nível das rendas obtidas. Os estabelecimentos que se mostram mais pessimistas tendem a ser os que apresentam as menores rendas agrícolas e totais (soma de todos os tipos de rendas).

Outra forma de mensurar as representações dos entrevistados em relação ao futuro nos foi apresentada quando perguntamos (Tabela 3) sobre o desejo de que os filhos seguissem ou não a profissão de agricultor. Apesar do cenário circunstancialmente desfavorável, mormente os efeitos produzidos por mais uma seca, 76,7% dos entrevistados responderam afirmativamente, enquanto 16,3% manifestaram-se contrariamente. Também, nesse caso, o primeiro grupo apresenta a renda agrícola e a renda total bastante mais elevadas do que o segundo deles.

Tudo indica que o tamanho do “negócio familiar” influencie o maior ou o menor grau de otimismo em relação ao futuro do estabelecimento, bem como na identidade com a agricultura, do ponto de vista do exercício profissional almejado por parte da descendência. O escasso nível de escolaridade da população residente no campo e as escassas opções de trabalho e renda fazem com que,

nas pequenas localidades, a agricultura seja colocada em primeiro plano. Outrossim, paradoxalmente, a expansão da soja não tem feito outra coisa, senão reduzir ainda mais as possibilidades de reter a mão-de-obra dos jovens rurais.

Perguntamos aos nossos entrevistados se conheciam alguma experiência de certificação de produtos agropecuários; 56,0% disseram que sim e 44,0% disseram que não. Interessávamos saber qual a receptividade dos agricultores familiares em relação ao estabelecimento de um processo dessa natureza. Os dados da Tabela 4 mostram que 76,7% dos entrevistados estão interessados em desenvolver esse tipo de iniciativa. Paradoxalmente, estes formam parte de um grupo de produtores que possuem as rendas agrícola e total mais altas do que os que não demonstraram interesse em integrarem-se à certificação solidária.

TABELA 2 – Distribuição percentual dos estabelecimentos investigados, segundo a opinião sobre a existência de perspectivas na agricultura e sobre o futuro da famílias na atividade, renda agrícola média anual e renda total média.

Vê perspectivas na agricultura?	%	Renda agrícola média	Renda total média
Sim	65,1	28.191,83	33.218,83
Não	27,9	16.568,67	22.283,67
Não soube/ não quis informar	7,0	20.497,07	28.997,07
Total	100,0	24.411,32	29.872,62

Fonte: Pesquisa Doce Sabor da Inclusão Social – UFPel/CNPq, 2006.

TABELA 3 – Distribuição percentual dos estabelecimentos investigados, segundo a opinião sobre o desejo de que os filhos sigam a profissão de agricultor, a renda agrícola média e a renda total.

Deseja que o filho seja agricultor?	%	Renda agrícola média	Renda total média
Sim	76,7	26.352,17	31.413,87
Não	16,3	14.006,02	21.668,88
Não soube/ não quis informar	7,0	27.340,91	32.060,91
Total	100,0	24.411,32	29.872,62

Fonte: Pesquisa Doce Sabor da Inclusão Social – UFPel/CNPq, 2006.

TABELA 4 – Distribuição dos estabelecimentos investigados, segundo o interesse de participar de uma associação de produtores para certificação da produção.

Desejo de participar de associação para certificação	%	Renda agrícola média	Renda total média
Sim	76,7	25.851,88	31.867,51
Não	21,0	18.921,82	22.957,38
Não soube/não quis informar	2,3	26.278,29	26.278,29
Total	100,0	24.411,32	29.872,62

Fonte: Pesquisa Doce Sabor da Inclusão Social – UFPel/CNPq, 2006.

Pedimos aos agricultores, que se mostraram interessados em implementar um processo de certificação, que indicassem, por outra parte, as principais vantagens que poderiam advir dessa iniciativa. Os dados da Tabela 5 mostram que 2/3 deles atribuem maior peso às facilidades que podem resultar em relação à comercialização desses produtos. Existe, hoje, um movimento importante no sentido da construção de redes que abrigam, sob sua égide, uma série de atores sociais e organizações comprometidas com os princípios do comércio justo e solidário, muitas das quais trabalhando em cooperação com instituições internacionais.

TABELA 5 – Distribuição da opinião dos entrevistados, segundo as vantagens do sistema de certificação de produtos da agricultura familiar.

Opinião dos entrevistados sobre vantagens da certificação	%
Facilitar comercialização e renda familiar	66,7
Socializar experiências	12,1
Aperfeiçoar organização da produção	6,1
Obtenção de apoios públicos e privados	3,0
Não sabe/Não respondeu	3,0
Não se aplica	9,1
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Doce Sabor da Inclusão Social – UFPel/CNPq, 2006.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São grandes as dificuldades que se erguem no caminho de construção de uma proposta de certificação de produtos da agricultura familiar, tanto do ponto de vista da percepção dos próprios entrevistados, das condições em que operam as agroindústrias, quanto na perspectiva de uma legislação que foi concebida para atender às

necessidades dos grandes conglomerados agroindustriais. Alguns avanços surgiram nos últimos anos, como resultado da pressão dos movimentos sociais.

O Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação (MAPA) publicou, em junho de 2004, a Instrução Normativa nº 016/04, que altera alguns pontos da Instrução Normativa 007/99, a qual estabelece, entre outras coisas, a Declaração de Conformidade do Produtor como instrumento voltado à garantia da qualidade dos produtos orgânicos registrados no MAPA (insumos, matéria-prima – grãos, cereais, carnes e bebidas). Sua concepção decorre do fato da elaboração da Lei 10.831 não haver sido, ainda, concluída.

Para a obtenção do respectivo registro, além da Declaração do Produtor de que segue os regulamentos em vigor, é exigido, por parte desse, o atendimento de alguns critérios de avaliação da conformidade, entre os quais o fato de ser membro de um grupo ou associação. O contato com a realidade trouxe à tona uma série de desafios a serem superados, para levar a frente um processo de certificação que atenda às necessidades das famílias rurais, em favor da ampliação do universo de possibilidades de comercialização e de incrementar o ingresso econômico na unidade de produção.

O estudo realizado por Mior (2005) indica mudanças importantes no oeste catarinense, na perspectiva do que entende por “*trajetórias da agroindustrialização*”. De um lado, tem-se o movimento das grandes empresas que buscam adequar-se aos novos tempos, marcados pelos efeitos da globalização, adotando uma organização mais flexível e menos verticalizada. Há, não obstante, um outro movimento, bastante interessante, marcado, entre outras coisas, pela reinserção econômica e social da agricultura familiar, a partir da implementação de novas estratégias centradas na agroindustrialização (MIOR, 2005). Em meio à diversidade de atores sociais implicados, há um sentido

comum e recorrente que aponta para o crescente protagonismo de redes horizontais e verticais que mobilizam recursos e energias em prol da abertura de novos espaços em locais e regiões cada vez mais distantes.

É esta “plasticidade” da agricultura familiar que desafia permanentemente a percepção dos cientistas sociais, conferindo-lhe singularidade como forma social de produção. A ascensão e o ocaso dos condomínios suínícolos catarinenses (SACCO DOS ANJOS e MOYANO, 2001) é outro dos exemplos a serem evocados para corroborar tal assertiva.

A abertura comercial e o surgimento do Mercosul decretaram uma exposição ainda maior do tecido produtivo nacional e um acirramento da concorrência interna e externa, levando muitas empresas do complexo agroindustrial a reduzir o número de integrados, em meio a um crescente processo de profissionalização, na maior parte dos setores produtivos. É inegável que, em sua esteira, intensificou-se o processo de exclusão daquelas camadas da agricultura familiar incapazes de acompanhar o ritmo ditado pelos “novos tempos”. O equívoco está em desconhecer a capacidade de adaptação das famílias rurais e de suas organizações, cuja fonte de criatividade e dinamismo é efetivamente fundamental para levar à frente tais estratégias.

O valor intrínseco dessas iniciativas, muitas das quais apoiadas pelos poderes públicos, está em fortalecer o capital social e aumentar a densidade do tecido produtivo dos territórios. Há, portanto, elementos que nos fazem acreditar na possibilidade de expansão dessas redes, como no caso da ampliação do chamado “mercado institucional” (merenda escolar, fornecimento de alimentos a creches e a programas de segurança alimentar, etc.). Igualmente importantes são as mudanças detectadas na percepção dos consumidores que, crescentemente, manifestam interesse pelo consumo de produtos regionais, devidamente identificados com o “selo social” atribuído a processos produtivos compatíveis com o objetivo de reduzir desigualdades e de geração de emprego e renda. Produtos que sejam preferencialmente obtidos de forma artesanal, ecológica e sustentável do ponto de vista da preservação dos recursos naturais.

O presente estudo representa um esforço em favor da necessária aproximação ao estudo sobre as enigmáticas e múltiplas formas com que se apresenta a agricultura familiar no Brasil. Desvelar estas formas pode contribuir para instrumentalizar o processo de intervenção estatal na agricultura e ampliar o diálogo entre diversos campos do conhecimento (sociologia, economia, administração, etc.).

Reconhecemos como limitação do presente artigo a insuficiência de abordagens similares, identificadas com o tema da certificação social e solidária no Brasil e em outros países, bem como sobre o papel de redes em processos de implementação de estratégias dessa natureza. O tema, portanto, requer estudos ulteriores que apontem, entre outros aspectos, para a criação de um ambiente institucional propício a essa classe de empreendimento. Essa abordagem passa, necessariamente, pelo esforço em evidenciar as restrições no plano da legislação sanitária e fiscal atualmente vigente.

A região missioneira gaúcha converge para um movimento similar ao que foi detectado no oeste catarinense. O estudo que vimos desenvolvendo detectou sinais dessas mudanças, no sentido do interesse crescente das famílias rurais em buscar alternativas ao binômio trigo-soja e, particularmente, à monocultura desta oleaginosa. A grande maioria dos agricultores deseja participar de um processo de certificação, reconhecendo as vantagens que pode acarretar a organização a partir da base, ainda que seja este um processo induzido pelas organizações envolvidas ou pelo próprio Estado.

Os sucessivos ciclos de estiagens não fizeram mais que ampliar a convicção de que decididamente reduzem-se as possibilidades de assegurar uma rentabilidade das grandes *commodities*, correspondente ao atendimento das necessidades de consumo das famílias, sem falar nos riscos de falência a que permanentemente acham-se submetidas. Ainda assim, de nada serve todo esse esforço se não houver o firme propósito de tornar a legislação mais adaptada, flexível e menos refratária a estas iniciativas, particularmente no que tange aos aspectos sanitários, fiscais e previdenciários.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUPEL, 2003. 374 p.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V.; COUTO FILHO, V. A.; SCHMITZ, A. P. A experiência recente dos consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento local no sul do Brasil: desafios e possibilidades. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: FEARP/USP; PENSA/USP, 2005.

ANJOS, F. S. dos; MOYANO, E. New forms of economic cooperation in family agriculture: the case of condominiums in Santa Catarina, Brazil. **Journal of Rural Cooperation**, Jerusalem, v. 29, n. 1, p. 25-45, 2001.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. dos. Agricultura familiar e previdência social: seguro social ou seguro agrícola? In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR, 6., 2005, Montevideo. **Anais...** Montevideo: Universidad de la República, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.